



Editorial

Em defesa dos readaptados

Sobrecarregados, com precárias condições de trabalho, as professoras e os professores estão adoecendo. O número de licenças médicas tem crescido nos últimos anos. Insensível à saúde da categoria, o governo do Estado desde o ano passado vem atacando os readaptados(as). Em 2017, conseguimos na Justiça – decisão da 16ª Vara da Fazenda Pública – que os professores(as) readaptados(as) não fossem transferidos ex officio de suas unidades escolares.

No final do ano passado e início deste ano, os ataques se intensificaram. O Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo praticamente obrigou os professores(as) readaptados(as) a voltarem para suas respectivas escolas. São professores(as) que adoeceram no trabalho e não podem mais lecionar, com problemas graves de saúde – vocais, psiquiátricos – que são adquiridos hoje na Rede Estadual de Ensino.

Por isso a APEOESP organizou um ato público em frente ao Departamento de Perícias Médicas (DPME) para exigir respeito aos direitos e manifestarem-se contra a cessação arbitrária de readaptações.

Na oportunidade, tivemos que insistir muito para que uma comissão de cinco professores(as) fosse recebida. À diretoria da DPME, relatei os problemas pelos quais professores estão passando, entre eles a remoção forçada. Conversei com professores(as), por exemplo, que têm a Síndrome de Bordeline, um transtorno mental grave. De uma das diretoras do DPME, ouvi que “o retorno do readaptado(a) à sala de aula era uma questão pedagógica”. Um absurdo inaceitável.

Disponibilizamos em nosso portal (www.apees.org.br) um formulário para que sejam registrados casos de mau atendimento nas perícias médicas, pois o DPME informou que quer ter conhecimento para corrigir os problemas.

Vamos agendar novos atos em defesa dos direitos dos readaptados e das aposentadorias na Secretaria do Planejamento e na SPPREV. Exigimos respeito!

Professora **Bebel**



Audiência pública reúne 400 servidores



Cerca de 400 servidores públicos, entre eles professoras e professores e membros da diretoria da APEOESP, participaram no dia 22 de março da audiência pública promovida pela Comissão Consultiva Mista do IAMSPE no Auditório do Centro de Integralidade (3º andar do Prédio do Idoso do Hospital do Servidor).

Além de discutir a precariedade no atendimento ao usuário do IAMSPE, a audiência debateu as recentes denúncias de improbidade administrativa contra o superintendente Latif Abraão Júnior. Participaram da audiência os deputados estaduais da Frente Parlamentar em Defesa do IAMSPE. Conselheira da APEOESP e vice-presidenta do CCM-IAMSPE, Idenilde Conceição foi uma das coordenadoras da mesa de debates. A palavra foi aberta aos representantes das entidades do funcionalismo presentes. Diretores da APEOESP, entre eles o vice-presidente Fábio de Moraes e o Secretário de Comunicações, Roberto Guido, tomaram a palavra para denunciar a demora na marcação de exames e consultas, a terceirização em vários serviços do Hospital do Servidor e especialmente a falta

de investimento por parte do governo do Estado – uma política deliberada dos governos do PSDB – ao negar a contribuição de sua cota-parte de 2%, além de cobrar o afastamento do superintendente.

Ao final dos debates, os membros da CCM-IAMSPE e os servidores que participaram da audiência encaminharam e aprovaram várias propostas: criação de uma CPI na Assembleia Legislativa para tratar dos problemas do IAMSPE; pedido de audiência pública no Ministério Público e a saída imediata do superintendente; pela contrapartida de 2% pelo governo do Estado; por um conselho administrativo, deliberativo, fiscal e paritário.

Logo em seguida, os presentes realizaram um abraço simbólico ao prédio da administração para reafirmar que o IAMSPE pertence àqueles que o financiam, ou seja, os funcionários públicos do Estado de São Paulo.



Novos contratos em dois hospitais no interior

O IAMSPE assinou recentemente contratos com prestadores de dois municípios do interior do Estado: em Avaré, com a Santa Casa de Misericórdia; em Lins, também com a Santa Casa da cidade. Em Bauru, houve reajuste do valor de contrato com a Beneficência Portuguesa.

Inúmeras regiões, contudo, ainda não contam com hospitais conveniados. É o caso, por exemplo, de Americana, onde os servidores públicos da região – e a subsede da APEOESP – lutam para que o IAMSPE assine convênio com hospitais da cidade.